

QUALIDADE DE VIDA E TRABALHO: TER OU SER?

LIFE QUALITY AND WORK: TO HAVE AND TO BE?

Sônia Regina da Cal Seixas BARBOSA¹

Um dos grandes problemas da sociedade contemporânea é associar o ter, o possuir, o ser dono de bens de consumo, muitas vezes supérfluos, a uma boa qualidade de vida. Assim, ocorre que a necessidade do trabalho, muitas vezes está exclusivamente centrada na possibilidade de ter uma atividade remunerada que permita desfrutar ou possuir uma série de bens essenciais à vida, e que acabam por criar a *fantasia* de que com todo esse conjunto de bens as pessoas poderiam tornar-se mais felizes e realizadas.

Porém, essa forma de pensar não nos tem auxiliado em quase nada para viver na sociedade contemporânea, e muito menos tem nos permitido compreender que, para termos uma qualidade de vida digna e um trabalho que nos dê prazer, precisamos de outros valores que ultrapassem aqueles voltados para a base da sociedade capitalista: *produzir e consumir*.

Assim, proponho discutir neste texto algumas possibilidades no sentido de ultrapassar tal binômio ou, pelo menos, promover um questionamento procurando valorizar outras formas de pensar ou, no dizer da Sociologia: *refletir sobre uma nova ética*.

Outra forma de pensar...

O binômio *produzir e consumir* são a realidade exclusiva da sociedade capitalista. Isso

significa uma conduta visando exclusivamente o lucro, base de sustentação desta mesma sociedade. Tal afirmação significa uma ética. Assim, é possível afirmar que a vida na sociedade tem por base uma determinada ética. Ética, questionável ou não, dependendo dos valores, da formação cultural e moral de quem a questiona.

A Sociologia ao analisar a problemática da sociedade contemporânea tem auxiliado bastante no questionamento desta ética tradicional. É preciso, então, a partir daí evidenciar essa discussão e questionar essa ética, contribuindo para um outro debate, onde é possível concluir que ter qualidade de vida é ter a oportunidade de participar coletivamente da sociedade, num ambiente saudável; ter relações afetivas prazerosas, ter moradia, ter trabalho digno e que nos permita a utilização da criatividade e das próprias capacidades intelectuais, físicas e emocionais; ter acesso a bens coletivos básicos, como lazer, transporte, segurança pública, saúde pública, educação, respeito à cultura em todos os seus aspectos; respeito pela diferença, seja ela étnica, sexual ou religiosa. Como se pode observar, nesta lista não estão incluídos, necessariamente, bens que possam exclusivamente ser adquiridos pela utilização do dinheiro...E, por mais que isso possa ser espantoso para o leitor, nem sempre o são mesmo. Observemos como.

¹⁾ Doutora em Ciências Sociais. Professora de Sociologia. Faculdade de Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas – PUC-Campinas; membro do Laboratório de Estudos Sociedade, Ética e Cidadania (LESEC). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM), da UNICAMP. E-mail: fcs@puc-campinas.edu.br

Em geral nosso trabalho, nossas atividades remuneradas, permitem que realizemos, que conquistemos uma parte dos valores da qualidade de vida, mas penso que a conquista da maior parte dos bens que permanecem conosco – *o ser* – são adquiridos pela nossa forma mais essencial de ser no mundo...Essa maneira de *ser no mundo*, ou melhor, explicando, essa *nova ética*, exigem de nós alguns esforços diferenciados. Muitas vezes a maior parte deles são conquistados por nossa participação e envolvimento na vida e nos problemas da sociedade que partilhamos. Em uma pesquisa que realizei para quatro municípios do Estado de São Paulo, pude perceber que as pessoas que apresentavam uma qualidade de vida mais plena eram justamente aquelas que conseguiram partilhar seus problemas e suas necessidades com pessoas que apresentavam as mesmas carências (Barbosa, 1996).

Quando reconhecemos nossas carências, por exemplo: não termos um trabalho criativo, não termos um ambiente saudável e, a partir deste reconhecimento, conseguimos identificar que o amigo, o vizinho, ou mesmo o irmão, também apresentam as mesmas faltas e carências que eu e que podemos discutir essas carências em grupo ou ainda, podemos nos organizar na direção do resgate desses bens e valores, estamos retomando nossa dignidade em sermos respeitados e valorizados na sociedade que habitamos.

Sei que você, caro leitor, pode ainda estar perplexo frente a essas afirmativas, mas me dê ainda uma chance de mostrar mais detalhadamente minha idéia, essa outra ética proposta aqui.

A Sociologia tem nos alertado, principalmente nesta última década, para a existência de transformações muito significativas na sociedade atual se consideramos todo esse conjunto de mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas. Sem dúvida, podemos afirmar que o emprego é o que tem expressado mais detalhadamente tais mudanças. O que tem ficado evidente é que mais do que a ausência ou presença de emprego para todos, o trabalho em nossa sociedade é repetitivo, burocrático, desgastante, ocorrendo num ambiente frio, muitas vezes desumano e, o mais importante de tudo, não despertando a criatividade e o prazer de realizá-lo (De Masi, 1999). Podendo ser

resumido, apenas, como aquele conjunto de ações que nos permite sobreviver no sentido biológico, com o mínimo de decência, isso, quando ocorre.

Recentemente li num livro importante de um famoso sociólogo italiano que defende significativa mudança na forma de organizar o trabalho na sociedade para a presente e as futuras gerações que, um rapaz de 20 anos, ao viver uns 60 anos (no mínimo), vive o equivalente a 525 mil horas. Se o nosso jovem encontrar hoje um trabalho estável e, se trabalhar em paz até os 60 anos, todos os dias, é o suficiente para acumular duas mil horas de trabalho por ano, ainda assim, no todo, sua experiência não superaria as 80 mil horas. Ele gasta ainda uma parte considerável de sua vida para os cuidados com seu corpo, sono, afazeres domésticos, tudo isso somando 219 mil horas de sua existência (De Masi, 1999). Ainda assim o nosso jovem tem diante de si uma parte considerável de sua existência de tempo livre. No entanto, em toda a sua vida, sua família, a escola, o governo, a mídia, todo o conjunto da sociedade o preparará para *ter uma profissão, um trabalho* e muito pouco para aprender a ser um *cidadão*, para *ser criativo* e para utilizar o seu tempo livre de forma mais *completa e criativa* – enfim, para desfrutar de uma qualidade de vida que o permita envolver-se realmente com a sociedade onde vive, além apenas, de *produzir e consumir*.

Ser ou ter?

A nova ética para conquistar uma qualidade de vida mais plena e digna para todos, será aquela que almeja, de fato, novos valores para uma vida melhor. Em primeiro lugar, essa definição do *ser* e menos do *ter* (como valor orientador das condutas e práticas humanas) deverá estar presente para definirmos uma alternativa coletiva mais fundamentada (Sen, 2000). Em segundo lugar, é necessário definir socialmente qual a perspectiva de desenvolvimento social que se busca, com certeza, uma opção de desenvolvimento que ultrapassa o progresso econômico exclusivamente, mas que impõe compartilhar a vida em sentido amplo para a população como um todo. Cada vez mais, sabemos que é impossível imaginarmos a possibilidade de ter boa qualidade de vida se a

maioria da população vive *excluída socialmente*. Impõe-se a existência com políticas sociais e envolvimento social por parte dos indivíduos, que estes se percebam enquanto cidadãos, nas questões essenciais e que demandam decisões coletivas. Caso contrário, continuaremos a viver nós todos, excluídos e inseridos, num panorama violento, ambientalmente empobrecido ou destruído, socialmente degradado e desigual em todos os sentidos (Barbosa, 1996 e 1999).

Desta forma, sem participação, sem organização e sem definição social de um projeto político desta natureza, continuaremos, provavelmente, a pensar que *ter* (apenas) um trabalho o qual nos acrescenta pouco, nos impõe tarefas e obrigações repetitivas e desgastantes, para ao final vivermos uma vida isolada, individualizada e excluída, mas, enfim nos garante a ilusão que podemos comprar e possuir objetos que teoricamente nos fazem pensar que somos felizes ou realizados. A única saída será a conquista do direito de sermos livres e cidadãos que almejam e decidem coletivamente por uma qualidade de vida com base num projeto social digno e inserido em outras práticas sociais.

SUGESTÕES DE LEITURAS

BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. **Qualidade de vida e suas metáforas. Uma reflexão sócio-ambiental.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 1996.

BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. *Dores sentidas, dores vividas.* **Cadernos do**

ICH, nº 9, 1999. Campinas, Instituto de Ciências Humanas – PUC-Campinas.

DE MASI, Domenico. **O Futuro do Trabalho.** Fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Ed. Da UnB, 1999.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ATIVIDADES PROPOSTAS PARA SEREM DESENVOLVIDAS EM SALA DE AULA

1. Procure analisar os principais conceitos abordados pela autora, utilizando-se de exemplos do seu cotidiano para tal.
2. O que é qualidade de vida para você, a partir da leitura do texto anterior?
3. Como você pode explicar o *binômio produzir e consumir* na sociedade capitalista atual?
4. Como o trabalho é organizado na sociedade capitalista atual?
5. De acordo com as possibilidades apresentadas pela autora, como você acredita que o futuro do trabalho se apresentará?
6. Imagine que o futuro pode ser melhor. Para isso, aponte algumas soluções para os problemas apresentados no texto, bem como para se conquistar uma qualidade de vida melhor e para todos.

LEITURAS COMPLEMENTARES

1. Mudança dos Padrões de consumo

A. Exame dos padrões insustentáveis de produção e consumo

Bases para a ação

1. A pobreza e a degradação do meio ambiente estão estreitamente relacionadas. Enquanto a pobreza tem como resultado determinados tipos de pressão ambiental, as principais causas da deterioração ininterrupta do meio ambiente mundial são os padrões insustentáveis de consumo e produção, especialmente nos países industrializados. Motivo de séria preocupação, tais padrões de consumo e produção provocam o agravamento da pobreza e dos desequilíbrios.
2. Como parte das medidas a serem adotadas no plano internacional para proteção e a melhora do meio ambiente é necessário levar plenamente em conta os atuais desequilíbrios nos padrões mundiais de consumo e produção.
3. Especial atenção deve ser dedicada à demanda de recursos naturais gerada pelo consumo insustentável, bem como ao uso eficiente desses recursos, coerentemente com o objetivo de reduzir ao mínimo o esgotamento desses recursos e de reduzir a poluição. Embora em determinadas partes do mundo os padrões de consumo sejam muito altos, as necessidades básicas do consumidor de um amplo segmento da humanidade não estão sendo atendidas. Isso se traduz em demanda excessiva e estilos de vida insustentáveis nos segmentos mais ricos, que exercem imensas pressões sobre o meio ambiente. Enquanto isso os segmentos mais pobres não têm condições de ser atendidos em suas necessidades de alimentação, saúde, moradia e educação. A mudança dos padrões de consumo exigirá uma estratégia multifacetada centrada na demanda, no atendimento das necessidades básicas dos pobres e na redução do desperdício e do uso de recursos finitos no processo de produção.
4. Malgrado o reconhecimento crescente da importância dos problemas relativos ao consumo, ainda não houve uma compreensão plena de suas implicações. Alguns economistas vêm questionando os conceitos tradicionais do crescimento econômico e sublinhando a importância de que se persigam objetivos econômicos que levem plenamente em conta o valor dos recursos naturais. Para que haja condições de formular políticas internacionais e nacionais coerentes é preciso aumentar o conhecimento acerca do papel do consumo relativamente ao crescimento econômico e à dinâmica demográfica.

Objetivos

É preciso adotar medidas que atendam aos seguintes objetivos amplos:

- (a) Promover padrões de consumo e produção que reduzam as pressões ambientais e atendam às necessidades básicas da humanidade;
- (b) Desenvolver uma melhor compreensão do papel do consumo e da forma de se implantar padrões de consumo mais sustentáveis.

Fonte: Adaptado da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992: Rio de Janeiro): **AGENDA 21** – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996: 39-40.

2. COMO TOLERAR O INTOLERÁVEL

Indubitavelmente, quem perdeu o emprego, quem não consegue empregar-se (desempregado primário) ou reempregar-se (desempregado crônico) e passa pelo processo de dessocialização progressivo, *sofre*. É sabido que esse processo leva à doença mental ou física, pois ataca os alicerces da identidade. Hoje, todos partilham um sentimento de medo – por si, pelos próximos, pelos amigos ou pelos filhos – diante da ameaça de exclusão. Enfim, todo mundo sabe que a cada dia aumentam em toda Europa o número de excluídos e os riscos de exclusão, e ninguém pode em sua consciência esconder-se atrás do véu demasiado transparente da ignorância que serve de desculpa.

Por outro lado, nem todos partilham hoje do ponto de vista segundo o qual as vítimas do desemprego, da pobreza e da exclusão social seriam também vítimas de uma injustiça. Em outras palavras, para muitos cidadãos, há aqui uma clivagem entre sofrimento e injustiça. Essa clivagem é grave. Para os que nela incorrem, o sofrimento e injustiça é uma adversidade, é claro, mas essa adversidade não reclama necessariamente reação política. Pode justificar compaixão, piedade ou caridade. Não provoca necessariamente indignação, cólera ou apelo à ação coletiva. O sofrimento somente suscita um movimento de solidariedade e de protesto quando se estabelece uma associação entre a percepção do sofrimento alheio e a convicção de que esse sofrimento resulta de uma injustiça. Evidentemente, quando não se percebe o sofrimento alheio, não se levanta a questão da mobilização numa ação política, tampouco a questão de justiça e injustiça.

Para compreender o drama que representa a precariedade da mobilização contra o desemprego e a exclusão, seria preciso analisar precisamente as relações ou os vínculos que se estabelecem ou se desfazem entre sofrimento alheio e injustiça (ou justiça).

As pessoas que dissociam sua percepção do sofrimento alheio do sentimento de indignação causado pelo reconhecimento de uma injustiça adotam freqüentemente uma postura de *resignação*. Resignação diante de um fenômeno: a crise do emprego considerada uma fatalidade, comparável a uma epidemia, à peste, à cólera até à AIDS. Segundo essa concepção, não haverá injustiça, mas apenas um fenômeno sistêmico, econômico, sobre o qual não se poderia exercer nenhuma influência. (No entanto, mesmo no caso de uma epidemia como a AIDS, constata-se que as reações de mobilização coletiva são possíveis, e que não se é obrigado a aceitar o *fatum* ou aderir à tese da causalidade do destino, a qual seria antes consequência de uma paralisia das capacidades analíticas [Flynn, 1985].) Acreditar que o desemprego e a exclusão resultam de uma injustiça ou concluir, ao contrário, que são fruto de uma crise pela qual ninguém tem responsabilidade não é algo que dependa de uma percepção, de um sentimento ou de uma intuição, como é o caso do sofrimento. A questão da justiça ou da injustiça implica antes de tudo a questão da responsabilidade pessoal: a responsabilidade de certos dirigentes e nossa responsabilidade pessoal estão ou não implicadas nessa adversidade?

As noções de responsabilidade e de justiça concernem à ética e não a psicologia. O juízo de atribuição, por sua vez, passa principalmente pela adesão a um discurso ou a uma demonstração científica, ou ainda a uma crença coletiva, que seja incontestável para o sujeito que julga.

A meu ver, a atribuição da adversidade do desemprego e da exclusão à causalidade do destino, à causalidade econômica ou à causalidade sistêmica não advém de uma inferência psico-cognitiva individual. A tese da causalidade do destino não é resultado de uma invenção pessoal, de uma especulação intelectual ou uma investigação científica individual. Ela é dada ao sujeito, exteriormente.

Fonte: DEJOURS, Christophe. **A Banalização da injustiça social**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

Responda:

1. Porquê a discussão dos padrões de consumo são importantes para a sociedade atual?
2. A seu ver, qual é a importância da sociedade ser *preparada* ou melhor *educada* para novos padrões de consumo, que levem em conta as desigualdades sociais, o ambiente e a degradação dos recursos naturais?
3. Em sua opinião, estamos vivendo, no Brasil atual, a banalização da injustiça social? Porquê?